



# Autonomia desrespeitada

**CARLO CAIADO**

VEREADOR PELO DEM/RJ

Com a publicação da Resolução nº 1.010, em 4 de março último, a Secretaria Municipal de Educação, além de ferir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), desprestigia e desrespeita mais de 36 mil professores, que constituem o magistério público municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Com esta medida, que vem se somar a outras tomadas contra o professorado municipal, fica comprovado que as decisões não são apenas erros da nova gestão. Sim, uma política deliberada contra toda uma valorosa categoria profissional.

O trabalho do professor em sala de aula, durante 200 dias letivos, com o apoio da equipe de direção, procura levar seus alunos à apreensão de conhecimentos e valores, ensinando, promovendo avaliações diversificadas e corrigindo rumos

em consonância com o Projeto Político-Pedagógico, elaborado pelo coletivo da escola e dentro do currículo MultiEducação, respeitada toda a diversidade que caracteriza a nossa cidade.

**PROVA.** Na contramão de uma Educação moderna, a referida resolução confere a uma prova elaborada no nível central, baseada em material importado de outra rede e distribuído para todas as escolas, um valor duas vezes maior em relação às demais ações empreendidas por cada uma das escolas.

A LDB é bem clara quando, no inciso IV do artigo 24, diz que a verificação do rendimento escolar observará entre seus critérios: "a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais".

"Em pleno século XXI, com uma discussão acumulada sobre avaliação e a favor de uma escola inclusiva, retrocedemos aos anos 70", afirma um experiente professor da rede ao avaliar a Resolução. "Já no passado, se procurava superar a transformação de notas em conceitos, assim como as tabelinhas de conversão, conclui o professor.

O nobre e corajoso magistério público municipal do Rio de Janeiro não merece tamanha desconsideração. Por isto, a bancada de vereadores do DEM apresentou um Decreto Legislativo com o objetivo de anular a equivocada Resolução, fruto de gabinetes com ar condicionado, que ignoram o sacrifício diário dos professores, na dura realidade das salas de aula.

Certamente, com o apoio dos professores, a Câmara Municipal irá revogar esta medida desrespeitosa e intervencionista.